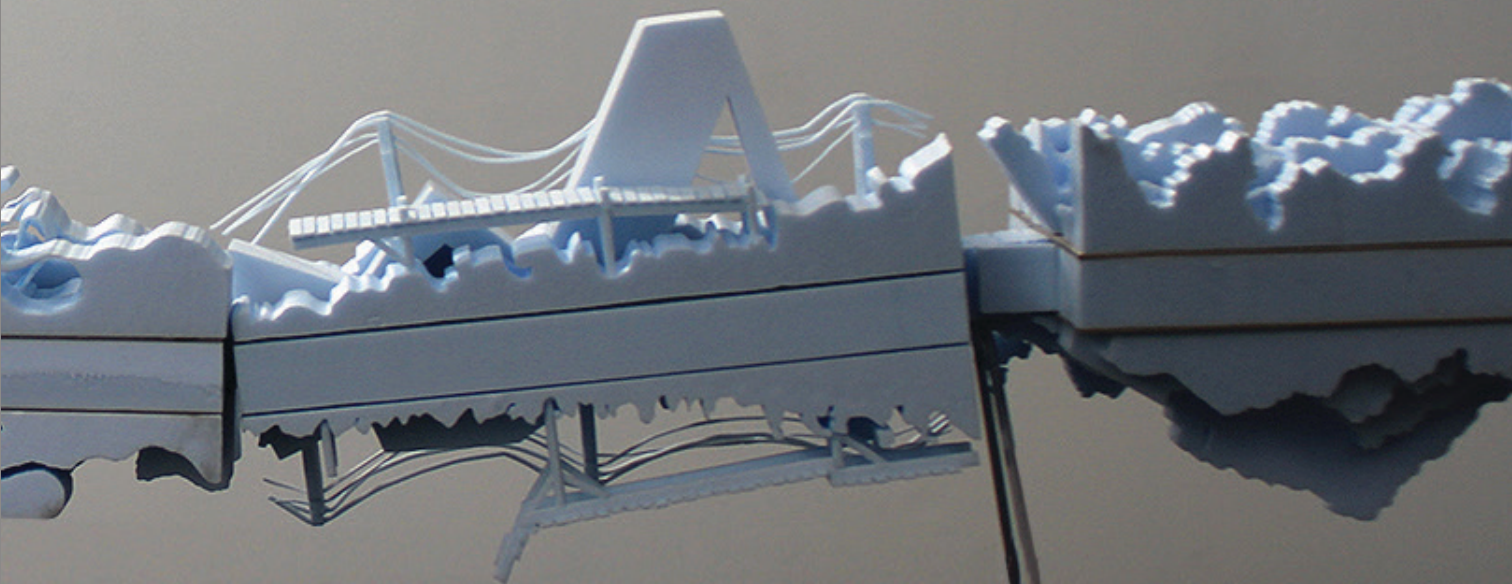


A ÁGUA COMO PATRIMÓNIO

EXPERIÊNCIAS DE REQUALIFICAÇÃO DAS CIDADES
COM ÁGUA E DAS PAISAGENS FLUVIAIS

PAULO PEIXOTO
JOÃO PAULO CARDIELOS
(ORGS.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



MONDEGO

O SURDO MURMÚRIO DO RIO

(título de poema de Miguel Torga)

JOÃO PAULO CARDIELOS (Coordenador)

RUI LOBO

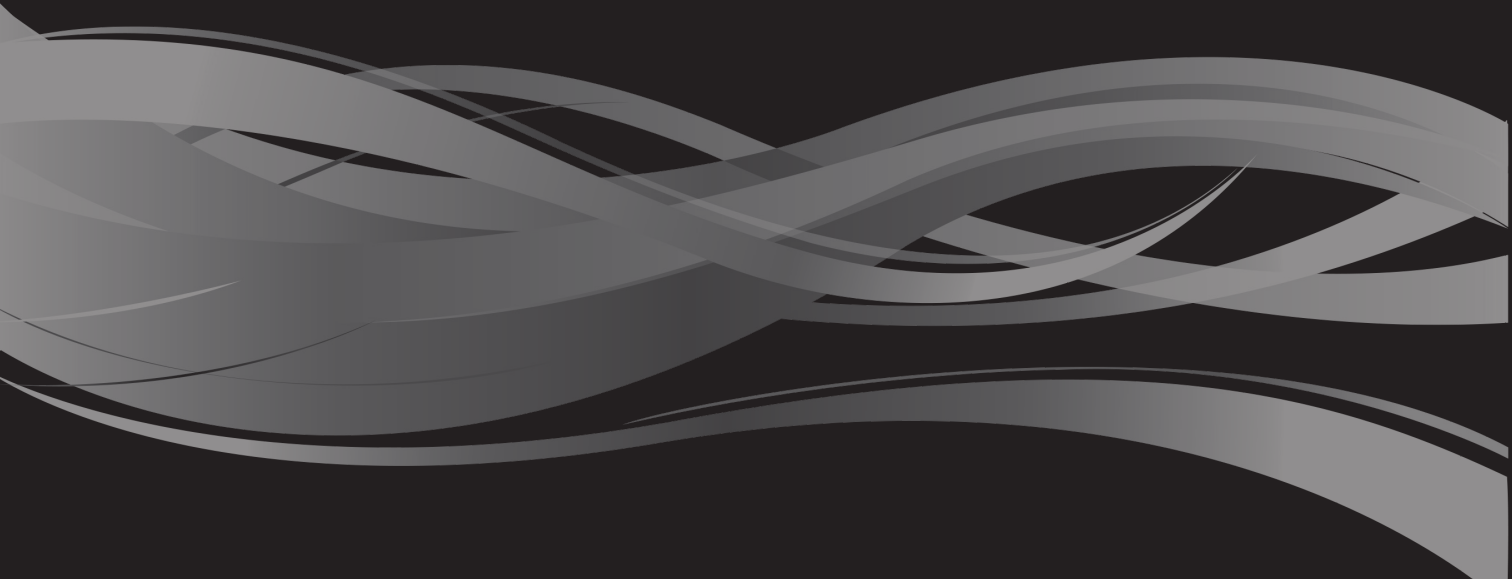
PAULO PEIXOTO

EDUARDO MOTA

NANCY DUXBURY

PEDRO CAIADO





ORIGEM DO NOME

Os romanos chamavam Munda ao rio Mondego. Munda, é a palavra latina que significa transparência, claridade e pureza. Pode concluir-se que, nesses tempos, as suas águas seriam apreciadas por estas qualidades. Ao longo da Idade Média o rio continuou a chamar-se Munda. Terá sido essa a origem do atual nome do rio, Mondego, que banhava a velha cidade romana de *Aeminium*.

Rio singular

O Mondego é, sem qualquer sombra de dúvida, o mais cantado dos rios portugueses por poetas e escritores. Provavelmente deve o fascínio que exerce, há algumas centenas de anos, ao facto de banhar a cidade de Coimbra, onde foi estabelecida, em 1290, uma das mais antigas universidades europeias. A Universidade de Coimbra foi, durante séculos, a única universidade nacional e a única universidade lusófona. Talvez a dívida de gratidão daqueles que foram passando na cidade, para se educarem, experimentando seguramente aí outras lições de vida mais ou menos profanas, explique a sensibilidade com que quase sempre trataram as águas do Mondego, com doçura e suavidade, invocando o rio como lugar de musas e fonte de inspiração poética, que dificilmente se pode reconhecer numa aproximação à realidade. O rio sempre se mostrou instável e traiçoeiro, ora ausente, durante o estio, ora torrencial, sobretudo durante as enchentes primaveris e de inverno.

O rio da nascente à foz

Só muito dificilmente o pequeno regato, ou Mondeguinho, como é carinhosamente conhecida a sua nascente – onde brota, no sítio de Corgo das Mós, no território concelhio de Gouveia –, poderia ser reconhecido como origem do maior rio que corre integralmente em território português. Nasce em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, a maior cadeia de montanhas portuguesa, a uma altitude de cerca de 1 525 metros, no mais elevado planalto nacional, junto ao lugar das Penhas Douradas. Durante as primeiras dezenas de quilómetros o pequeno ribeiro corre para nordeste, em direção a Espanha, aparentemente contrariando a declinação natural da plataforma continental ibérica, que pende ligeiramente para sul e poente. O rio, de águas claras e por vezes abundantes, percorre as terras mais altas da serra quase impercetível, em leito recortado e estreito, por entre a rica vegetação ribeirinha, no concelho da Guarda. Desce abruptamente para os cerca de 450 metros de altitude perto de Vila Cortês do Mondego, depois de dobrar para noroeste, ao abandonar a área protegida do Parque Natural. Junto à Vila de Celorico de Beira, já a 401 metros, passa finalmente a correr para sudoeste, em direção à costa, e a ser claramente reconhecido como Rio Mondego. Inicia-se aqui o seu curso médio, ao longo do Planalto Beirão, cortando rochas graníticas e formações metamórficas.



Ao longo do seu percurso total de 258 km o Mondego recebe as águas de diversos afluentes, sendo o mais importante o Dão, o primeiro afluente relevante, que chega pela sua margem esquerda. As águas dos dois rios fundem-se hoje no enorme lago artificial desenhado pela Barragem Hidroelétrica da Aguieira. Logo depois, juntam-se-lhe as águas do rio Alva, também sobre a margem esquerda, para depois o rio se estreitar de novo num apertado vale, em trajeto caracterizado por numerosos meandros encaixados. Depois de passar aos pés da vila alcandorada de Penacova, que desenha uma interessante praia fluvial – tal como acontece a montante em Ponte Nova, e a jusante noutros desses meandros, que inesperadamente se desenharam ao longo da insinuante e caprichosa linha do vale, como em Palheiros/Zorro ou em Pé Rodrigo, e mesmo na Portela – o rio sublima-se na passagem das rochosas Livrarias do Mondego, ou nas Torres do Mondego, que são lugares toponimicamente reveladores da topografia difícil da região. Depois de se libertar das formações xistosas e quartzíticas, já nas imediações da cidade de Coimbra, o rio recebe as águas do rio Ceira na Portela, e aproxima-se por fim da sua secção derradeira. Corre ainda entre as margens urbanas que o confinam mais uma vez, para depois se espriar definitivamente na ampla planície aluvial do Baixo-Mondego.

O rio inaugura aqui o seu curso inferior, constituído pelos últimos quarenta quilómetros do trajeto, cumprindo um pequeno desnível de apenas 40 metros de altitude. Ao longo desta última etapa a bacia hidrográfica é larga e irregular, insinuando-se transversalmente nos inúmeros vales confinantes. O rio percorre e corta os concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, até desaguar no Oceano Atlântico. Esta secção final é agora maioritariamente percorrida num curso artificial, e o leito central desenha-se entre diques e canais de rega, perto dos velhos leitões naturais, variáveis e incertos, do antigo encanamento do século XVIII, e do chamado Rio-Velho. É por aqui que se lhe juntam as águas do Arunca, do Ega (ou Rio dos Mouros) e do Pranto, que são os afluentes mais significativos neste troço, e que correm e se aproximam pela margem esquerda. Pelo caminho, o Mondego banha os campos do velho burgo histórico, outrora integralmente muralhado, de Montemor-o-Velho, e atravessa importantes territórios agrícolas extremamente férteis, onde se localizam alguns dos mais produtivos e extensos arrozais da Europa, antes de cruzar a área do salgado.

No final do percurso forma-se um estuário com cerca de 25 km de comprimento e, nos seus últimos 7,5 km, o rio desdobra-se em dois braços. O braço norte é o principal e banha diretamente a frente ribeirinha da cidade da Figueira da Foz, onde inicialmente se estabeleceram as instalações dos portos comercial e pesqueiro. Por sua vez, o braço sul, que é muito menos marcado e está profundamente assoreado, recebe as águas do último afluente – o Pranto – antes de se voltar a unir ao leito principal, junto às muralhas do atual porto de pesca da Figueira da Foz. Entre os dois braços forma-se a pequena mas longa Ilha da Murraceira, definida por inúmeros canais, comportas, tanques e marinhas de sal, e também pelas novas explorações aquícolas, tendo sido laboriosamente construída sobre as ínsuas pré existentes e preservada pelo trabalho hercúleo de marnotos e salineiros, ao longo de séculos de exploração gloriosa e rica do precioso cristal.

O salgado da Figueira está muito abandonado e são hoje poucas as antigas marinhas de exploração de sal que se mantêm ativas. Os traços mais ou menos arruinados deste tipo de organização industrial, de teor e exploração marcadamente artesanais, estendem-se sobre a margem esquerda do rio – no lugar de Armazéns de Lavos, onde a Câmara Municipal sustenta também uma pequena unidade museológica e de exploração ambiental – e, sobretudo, na Ilha da Murraceira, que se constitui como uma rara e fascinante paisagem artificial. É ela que define a imagem única do estuário, em que o rio se expande antes de desaguar no oceano, pelo meio dos molhes de proteção da barra marítima do importante Porto Comercial da Figueira da Foz.

A biodiversidade do Mondego

O Mondego é bem conhecido pela pureza das suas águas, que alimentam uma enorme variedade de ecossistemas, desde os da sua montanha original até aos das planícies alagadiças das cotas baixas e, finalmente, aos das áreas estuarinas junto ao oceano. Essas águas suportam uma vida selvagem variada, onde se destacam os répteis, os anfíbios e as aves, alimentando também as colheitas e os pastos da fauna agro-pastoril.

O rio constitui um convite permanente à pesca de recreio, à natação e à náutica ligeira, ao longo de toda a sua extensão. No estuário, junto à foz, destaca-se o ambiente naturalmente protegido da Ilha da Murraceira, onde a tradição industrial de produção de sal marinho, de base artesanal, subsiste em harmonia com os pássaros da orla costeira, que aí nidificam. As novas aquaculturas e a reinvenção dos sistemas produtivos tradicionais estão a ser pensadas, e irão fazer-se lentamente, acautelando a preservação destes sensíveis equilíbrios ambientais.

Relativamente ao que é específico da qualidade da vida aquática, há a distinguir duas zonas principais: o troço superior do rio, com bons níveis de qualidade da água, proporcionando a manutenção das comunidades biológicas aquáticas com características próximas de uma situação pristina; e a região do Baixo Mondego, com acentuada degradação da qualidade da água.

No que respeita ao estado de conservação da vegetação ripícola, pode verificar-se que, em apenas cerca de um terço da extensão total do rio, ela se pode considerar muito bem conservada, ou seja,

apresentando em ambas as margens uma cobertura vegetal bem desenvolvida, estando aí presentes os estratos arbóreo e o arbustivo.

Como é comum neste tipo de ambientes, entre os principais fatores de perturbação registam-se a degradação e destruição dos ecossistemas aquáticos e terrestres, associada ao desenvolvimento urbano e industrial, ao desenvolvimento agrícola, à construção das barragens e à extração ilegal de areias, e ainda a algumas atividades lúdico-recreativas. Também a atividade florestal, os incêndios, a invasão de espécies exóticas, a caça e a pesca se podem considerar nocivas, ainda que estejam consideravelmente reguladas.

No troço do Baixo Mondego surgem importantes matas de choupos, ulmeiros e salgueiros, de que a mais emblemática é, sem dúvida, a Mata Nacional do Choupal, às portas de Coimbra. Aqui nidifica a maior colónia urbana de milhafre-preto (*Milvus migrans*) da Europa, com cerca de 70 ninhos recenseados.

Existem diversos locais de interesse ornitológico, como a já referida ilha da Murraceira, e no estuário é comum observarem-se espécies como o pato-real (*Anas platyrhynchos*), a cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), o flamingo-comum (*Phoenicopterus roseus*), o alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), a gaivota-prateada (*Larus argentatus*), o pernilongo (*Himantopus himantopus*) e a andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*). Devido à sua importância ecológica como zona húmida de nidificação e/ou de alimentação de numerosas espécies de aves aquáticas, o Estuário do Mondego foi classificado como sítio da Convenção de Ramsar, um habitat de importância internacional, não só pelas mencionadas espécies de aves, mas também pela existência das espécies piscícolas migratórias. Algumas destas têm particular importância do ponto de vista conservacionista e comercial, nomeadamente o sável (*Alosa alosa*), a savelha (*Alosa fallax*), a lampreia (*Petromyzon marinus*), e a truta (*Salmo trutta fario*). A construção do sistema de açudes e barragens ao longo do rio veio constituir, apesar dos esforços para a mitigar, uma barreira agravada à passagem destas espécies migradoras. Na zona a jusante do Açude de Coimbra encontram-se exclusivamente espécies que sobrevivem a uma potencial influência salina.

Na Serra da Estrela encontra-se o raríssimo Melro-d'água (*Cinclus cinclus*) entre muitas outras aves comuns, mas são aí relevantes várias outras espécies, nomeadamente anfíbios, sendo alguns deles raros e endógenos.



O Mondego é uma lição de biodiversidade de que só recentemente se está a ganhar consciência. A divulgação e pedagogia da sua complexidade e beleza ímpares deverão ser alvo de programas de sensibilização e exploração ambientais nos próximos anos. Hoje, pode apenas assistir-se a um conjunto de iniciativas isoladas de carácter voluntarista, de que se pode destacar a criação do Parque Patrimonial do Mondego, que claramente se propõe redefinir uma área bem mais ampla do que aquela que aparece classificada e protegida pela tutela oficial do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Também na definição dos Percursos da Natureza de Coimbra, sob tutela da Câmara Municipal de Coimbra, se apresenta um esforço de reconhecimento e valorização patrimonial do Mondego, em paralelo com outros valores ambientais e ecológicos da região.

Limite (fronteira) administrativo regional

Depois de atravessar o concelho de Fornos de Algodres, o rio serve de fronteira entre os distritos de Viseu, a norte, e da Guarda e de Coimbra, a sul, para depois passar a cruzar parcialmente o último distrito antes de chegar à costa. Assim, ele delimita, na margem norte, os concelhos de Mangualde, Nelas, Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Mortágua, enquanto na margem sul serve de fronteira aos concelhos de Gouveia, Seia, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova e Vila Nova de Poiares. Por fim, corta os concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, antes de desaguar no Oceano Atlântico.



Bacia hidrográfica e cheias

O Mondego drena uma região muito ampla – a sua bacia hidrográfica ocupa o segundo lugar em área, com uma extensão total de 6645 km², entre as dos rios que se situam totalmente em território português –, escavada e abrupta, entre vertentes de sucessivas montanhas, e em territórios

de pluviosidade muito significativa. Acrescenta-se a este quadro o conjunto dos seus principais afluentes que, invariavelmente, mesmo sendo menores, são como ele rios ou ribeiros alimentados pelas águas e torrentes de montanha, e do degelo pós-invernal. Define-se assim um padrão de imprevisibilidade nada fácil de controlar, devido à estreiteza do leito do chamado Alto Mondego que, em alguns troços do curso médio, se faz através de um vale bastante encaixado, que acelera as águas e as precipita violentamente. A bacia hidrográfica regista uma precipitação média anual de 1233 mm e um caudal médio anual de 108,3 m³/s. As águas chegam em tempos muito curtos às margens banhadas da cidade de Coimbra, ou mesmo à planície aluvionar do Baixo Mondego, onde o rio sempre deixou marcas intempestivas das suas tumultuosas passagens. São históricas as datas de grandes cheias, que espalharam o terror e o caos, para além da miséria decorrente dos estragos nas colheitas dizimadas, ou do gado perecido.

A causa principal da ocorrência das cheias é a incidência de precipitações intensas, associada à dimensão da bacia hidrográfica, que governam as suas características e que, no rio Mondego, as fazem relativamente rápidas, com tempos entre o início de cheia e o pico do caudal da ordem das poucas horas, podendo ser particularmente perigosas devido ao aumento brusco do nível de escoamento.

As cheias no rio Mondego estão registadas, pelo menos, desde o século XIV, afetando a vida da importante cidade de Coimbra. Aí foi possível registar as datas mais importantes, das quais se destacam os anos de 1331, 1788, 1821, 1842, 1852, 1860, 1872, 1900, 1915, 1962, 1969 e 1979, 2001 e, ainda que sem consequências graves, a de 2012-13 e a de 2016. Numa avaliação empírica da frequência pode verificar-se que as cheias designadas como importantes tiveram um período de retorno reduzido e decrescente, sobretudo nos dois últimos séculos. Tornou-se evidente, no século XX, a necessidade de uma intervenção importante para controlar as águas.

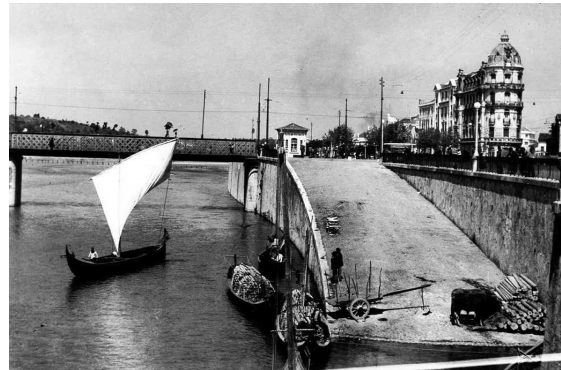


Os caudais de cheia em Coimbra eram da ordem dos 2500 m³/s, sendo amortecidos para 1200 m³/s através dos aproveitamentos hidráulicos da Aguieira e da Raiva, seguidamente referidos. Na foz estão hoje previstos caudais de cerca de 3000 m³/s.

Navegação e pontes

Os dados disponíveis permitem supor que houve uma evolução da navegabilidade no Mondego desde a ocupação fenícia. Talvez durante a ocupação Romana os navios de mar ainda chegassem próximo de Coimbra, mas o progressivo assoreamento terá reduzido toda a navegação, especialmente para montante da cidade, exigindo barcos de menor porte. Mais tarde, as barcas serranas ter-se-ão transformado no meio de transporte privilegiado no contacto entre o interior e o litoral. Vinham do Oceano Atlântico até Coimbra e, para montante, barcas mais pequenas chegavam a ir mesmo até Penacova. Esta navegação servia sobretudo para que as mulheres (lavadeiras do mondego), de Penacova e de outros lugares, viessem a Coimbra buscar roupa suja, que depois devolviam lavada e passada a ferro; serviam também para os homens levarem lenha para o litoral e trazerem peixe e sal para o interior.

No século XVII o estuário já só se desenhava a jusante de Montemor-o-Velho, até cerca de 20 km a montante da desembocadura atual. O assoreamento progressivo do leito aumentou a dificuldade da navegação no Mondego, levando ao seu quase total desaparecimento durante a década de 50 do século XX. Calcula-se que nos últimos seiscientos anos o leito do rio terá subido, no seu troço final, cerca de um centímetro por ano, ou seja, um metro em cada século.



Este processo traduziu-se, para o sítio de Coimbra, num conjunto de intervenções sucessivas na importante travessia fluvial, e principal ligação existente entre o sul e o norte do país, materializada na Ponte de Santa Clara – ou nas sucessivas pontes que aí terão existido. Está estudada e documentada a subida progressiva do nível dos tabuleiros, que terão sido elevados pelo menos seis metros, desde o registo da ponte construída – possivelmente apenas reparada, sobre a estrutura de uma velha ponte romana pré existente –, por D. Afonso Henriques, primeiro rei português, em 1132 (Alarcão, 2012: 18) reconhecendo a sua importância como elemento de ligação entre o norte e o sul do novo reino. Uma torre de portagem rematava a ponte no extremo do lado da cidade.

Os séculos que se seguiram foram de luta constante contra o aumento do nível das águas e do assoreamento do rio. De tal modo que, em 1513, por ordem de D. Manuel, uma nova ponte foi construída sobre os pegões da primeira, alteando-se o tabuleiro cerca de 5 metros (Alarcão, 2012: 24 e

45). Também uma nova torre seria construída do lado de Coimbra. No final de Quinhentos terá sido estabelecido o “O” da ponte, espécie de pequena rotunda, do lado oposto à cidade.

A ponte manuelina seria demolida para dar lugar a uma ponte metálica sobre pilares de pedra, inaugurada em 1875.

A elegante ponte atual, “Ponte de Santa Clara”, projeto do Engº Edgar Cardoso, data de 1954. Todas as outras pontes, a montante e jusante de Santa Clara, nas imediações da cidade, mantiveram um carácter pedonal e efêmero, sendo reconstruídas em cada ano após as cheias que sistematicamente as destruíam.

Outras, mais recentes, são o açude-ponte, de inícios dos anos 80 (a jusante) e a ponte Rainha Santa Isabel de 2004 (a montante), ambas predominantemente rodoviárias. Há ainda a belíssima ponte pedonal Pedro e Inês, de 2006, projeto dos engenheiros Adão da Fonseca e Cecil Balmond, ligando ambas as margens do Parque Verde.

A ponte ferroviária, junto da mata do Choupal, existe desde finais do século XIX.

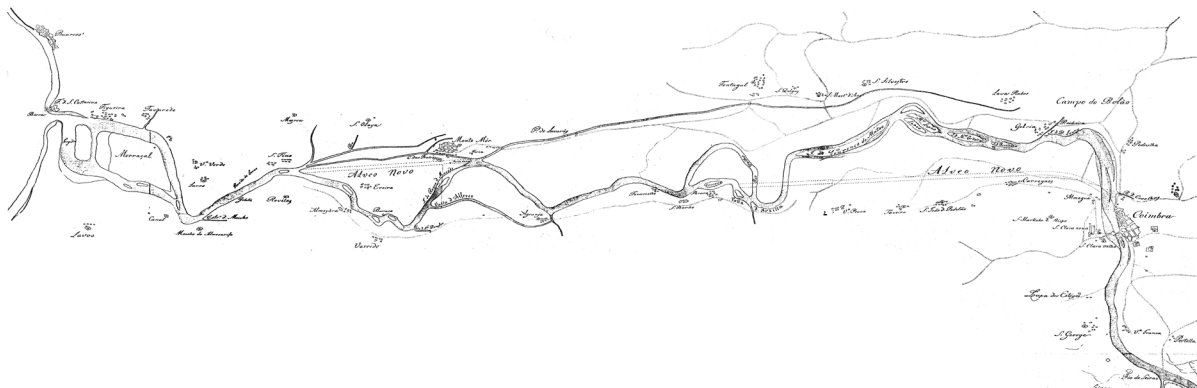
As sucessivas pontes e as margens urbanas terão refletido ao longo dos séculos a subida do leito do rio, respondendo ao assoreamento e procurando proteção para as investidas, cada vez mais preocupantes, das águas.

Projetos de regularização do baixo Mondego

O assoreamento do rio entre Coimbra e o mar foi uma realidade a partir de finais do século XIII, sobretudo devido à deflorestação das encostas a montante, para efeitos de subsistência agrícola, após a conquista da nacionalidade.

Em Coimbra os antigos conventos de Santa Ana, S. Domingos, S. Francisco e Santa Clara-a-Velha, foram afetados pela subida das águas do rio, dos quais apenas o último edifício subsiste, podendo as ruínas ser visitadas num moderno centro de interpretação.

Vários reis se preocuparam com as defesas contra as enchentes do rio, em particular na cidade de Coimbra, desde D. Manuel a Filipe III.



Em 1684, D. Pedro II incumbiu o reitor da Universidade de proceder à realização de um plano de encanamento do baixo Mondego. Parece ser consequência desta iniciativa a realização da magnífica planta, realizada pelos engenheiros Manoel Mexia da Silva e Manuel de Azevedo Fortes em 1703, que mostra o rio desde Coimbra à Figueira da Foz. Propõe-se a abertura de dois canais em linha recta (“alveo novo”) com o fim de atalhar e regularizar o leito do rio.

Esta proposta seria retomada no final do século pelo padre Estevão Cabral, incumbido de realizar novo plano. Nesta ocasião logrou-se realizar obra, sobretudo na fixação de um novo troço rectilíneo entre a quebrada grande (imediatamente a jusante de Coimbra) e Pereira do Campo, cujos trabalhos, começados em 1791, foram interrompidos pelas invasões francesas.

Desde 1781 até 1807 a situação dos campos do Mondego melhorou muito, após a abertura de um novo leito. Mas a situação foi piorando, devido ao assoreamento do rio, chegando ao século XX numa situação insustentável. Foi então preparado o Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego, para intervenção na década de sessenta, que foi implementada maioritariamente desde o decénio seguinte.

A mata do Choupal, que consolida o novo leito do rio, data de final da década de 1860.

Gestão do aproveitamento hidráulico

A bacia hidrográfica do Mondego apresenta uma enorme diversificação de utilizações da água, que são muito importantes para o desenvolvimento económico da região, nomeadamente, a agricultura, a indústria, a produção de energia eléctrica e o abastecimento público de água. Desta multiplicidade de utilizadores decorreu a necessidade de implementação de um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos, onde assume principal relevância a definição de um quadro jurídico e institucional, para a criação de uma entidade gestora do Aproveitamento Hidráulico do Mondego.

Aproveitamento hidroeléctrico e hidroagrícola

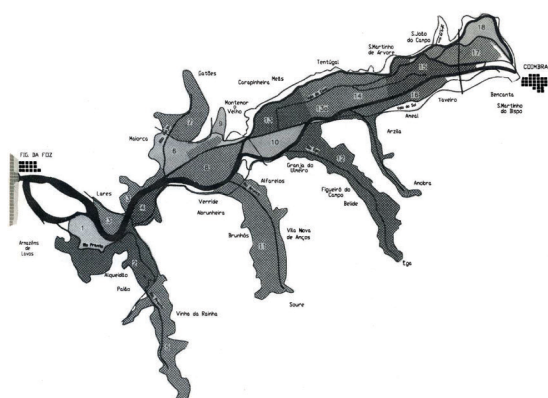
Na bacia hidrográfica do rio Mondego localizam-se inúmeros aproveitamentos hidráulicos. A capacidade total de armazenamento das albufeiras localizadas na bacia é cerca de 540 hm³. Esta bacia é por isso uma das que tem, em Portugal, maior utilização dos recursos hídricos, sobretudo nas componentes hidroeléctricas e agrícola. Destaca-se particularmente o Sistema de Barragens Agueira/Raiva/Fronhas, concluído em 1979, com uma potência instalada de 110 MW e uma produtibilidade média anual de 360 GW/h, que regulariza os volumes de água para o abastecimento público de inúmeros concelhos e para a rega, no Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego.

Com efeito, o «Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego» foi apresentado em 1962, tendo-se iniciado a primeira fase de realização cerca de dez anos depois. No seu conjunto a obra contemplou duas grandes barragens – Agueira e Raiva – e duas menores – a de Fronhas e o

Açude, em Coimbra, terminado em 1981 – além de novos leitos aluvionares, 7,7 km de diques de proteção e defesa, e canais de rega. Efetuaram-se para o efeito dragagens de cerca de 16 hm³ e revestimentos com um volume de 0,5 hm³. Deste projeto faz ainda parte um complexo empreendimento de reparcelamento e otimização da exploração agrícola, associando-se ao aproveitamento hidroelétrico o redesenho e otimização de todo o modelo de exploração e aproveitamento hidroagrícola.

Assim sendo, o Mondego corre atualmente num canal artificial desde Coimbra até à Figueira da Foz onde desagua no Atlântico, servindo o seu estuário de porto e de abrigo para as atividades ligadas ao comércio, à pesca, ao sal e às pisciculturas, ao turismo e ao recreio náutico, já referidas.

A realização da obra de controlo e regularização das águas do Mondego viu a sua última fase ser recentemente terminada, apenas em 2012, com a conclusão da Escada do Peixe, associada ao Açude de Coimbra, respondendo aos apelos de inúmeras organizações ambientalistas. Há projetos para mais barragens e aproveitamentos hidroelétricos, sobretudo através de mini-hídricas, que são polémicos por razões de natureza ecológica e ambiental, e que estão temporariamente suspensos.



O Projeto de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego, sendo um sonho muito antigo e com uma história técnica longa e bem documentada ao longo de séculos, viu a sua obra perdurar décadas e chegou a ser, em alguns períodos mais recentes (no último quartel do século passado), uma das maiores e mais vultosas obras públicas realizadas pelo estado português.

Espelho de água | Imagem urbana e clima

Apesar dos inúmeros estudos, projetos e obras anteriores, desenvolvidos ao longo de mais de 200 anos, e dos recentes investimentos realizados, a última enchente grave, com inundação parcial da zona baixa da cidade de Coimbra, ocorreu ainda no Inverno de 2000-2001. Isto após a conclusão do dique urbano – a Ponte do Açude, de 1981 – que, há pouco mais de 30 anos, fixou o atual espelho de água que banha a cidade, mudando-lhe definitivamente a imagem.

A alteração no regime de segurança urbana correspondeu também a uma importante transformação do regime climático, reduzindo as amplitudes térmicas urbanas, noturna e diurna, e sobretudo as associadas aos picos estival e de inverno. Também a baixa pressão, que está normalmente associada à presença permanente da água, permite uma melhor ventilação urbana, notável sobretudo na zona baixa ribeirinha.

No entanto, foi a mudança na imagem da cidade que se mostrou mais significativa, pois a alternância entre o imenso areal em que corria um escasso fio de água – conhecido por Basófiás – e as violentas enchentes ocasionais de inverno ou primavera, foi afastada. A cidade repousa agora junto ao lago, ou espelho de água, onde se refletem as colinas, hoje construídas em ambas as margens. Tem sido igualmente possível recuperar áreas arqueológicas historicamente relevantes que, tal como a cerca do Convento de Santa Clara-a-Velha, estavam inundadas junto ao rio, e que a cidade fora obrigada a esquecer ao longo de séculos. Nos espaços ribeirinhos têm vindo a instalar-se recentemente novos programas públicos e diversos equipamentos urbanos. Na verdade, muitos investimentos importantes têm sido efetuados sobre as margens, e mesmo sobre o antigo leito do rio – como acontecera antes com o Centro Desportivo Universitário, no final da década de 50. Isto verifica-se particularmente na zona situada a montante do centro urbano, mas, contudo, há ainda muitas áreas residuais que ocupam uma significativa parte das margens urbanas, principalmente as situadas a jusante da ponte de Santa Clara, no tramo que antecede a Ponte do Açude, precisamente onde a antiga proteção das margens se fez sobre aterros que estreitaram o leito e alargaram a área de frente urbana. Este troço corresponde à posição mais tradicional da cidade, sob a margem direita, próxima do atravessamento clássico do rio, desde a fundação da nacionalidade e, provavelmente, desde a própria romanização. A construção dos muros ribeirinhos de proteção, primeiro, reforçada pela instalação, sobre eles, das linhas de caminho-de-ferro e plataformas de triagem ferroviárias, e ainda a sobrepressão industrial, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, explicam um tipo de ocupações urbanas que alhearam completamente a vida da cidade da frente de rio. Os vazios agora aí existentes são resultado da obsolescência de todas essas edificações e infraestruturas, hoje abandonadas ou desnecessárias, e subaproveitadas, que só novos processos de regeneração urbana poderão sanar.



Das velhas imagens históricas do Basófiás sem água, e das suas praias urbanas fluviais, que ano após ano ocupavam o leito de cheias durante o estio, para prazer e deleite das classes operárias e estudantes – que aqui faziam o seu desporto, recreio e lazer – restam as memórias e os registos fotográficos. Paradoxalmente, também da praia atlântica da cidade da Figueira da Foz, que era por tradição, à época, a estância balnear que servia a Coimbra burguesa, restam igualmente memórias, sob um imenso areal que as obras portuárias estenderam até à imensidão, com a natural e progressiva desertificação da bonita e velha Praia da Claridade.

O espelho de água urbano reflete hoje, melhor do que nunca, a colina da velha *Aeminium* e a Torre da Universidade, com a mesma água *Munda* de outrora, que apenas as torrentes de inverno turvam temporariamente.

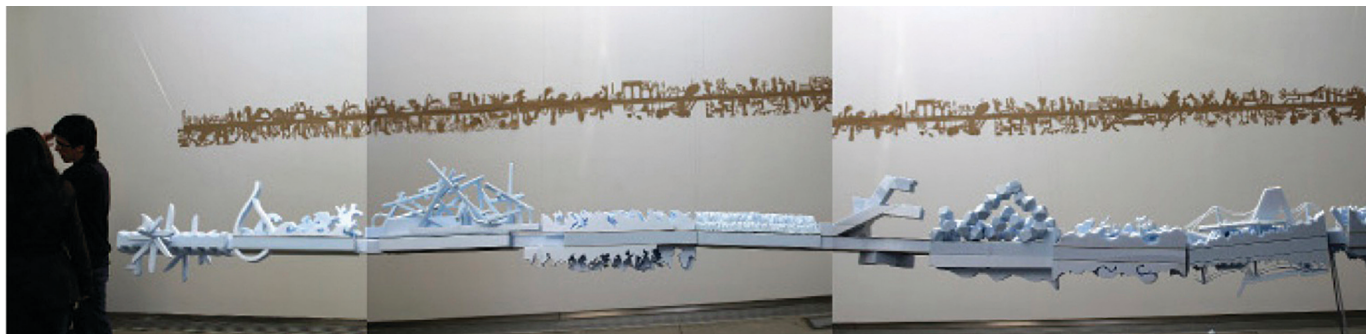
As formas da história lidas pela arte

“[...] Coimbra foi sempre terra de poetas e artistas, mestres da Arte para iniciados e devotos.” [Correia, 1937]

Desde os tempos romanos que a cidade de *Aeminium* se ergue num nível superior ao do rio Mondego. Projeta-se numa sucessão de plataformas viradas para poente. Desse período resta o criptopórtico que serviu de base ao fórum. Alguns séculos mais tarde, a Sé-Velha é parcialmente escavada na encosta e projetada sobre a pendente. Estas plataformas ganham uma reciprocidade na margem oposta, com os mosteiros a introduzirem adicionalmente uma linearidade que sublinha a colina que acompanha o curso do Mondego. Da mesma forma, o casario de Coimbra desenvolve-se em anéis concêntricos em torno do Paço das Escolas.

É o diálogo entre estas plataformas, o fluxo do rio e as pontes visuais que medeiam as duas margens, que vai fixar a imagem de Coimbra durante vários séculos.

De súbito as pontes são cortadas. O Rio esconde-se da Baixa, bloqueada entre a colina e os grandes edifícios industriais, que romperam a escala da cidade medieval, proliferando sobre os muros ribeirinhos onde corre um pesado sistema ferroviário. Com esta ligação violada, as plataformas dos



edifícios emblemáticos são ocultadas, e outras reaproveitadas para a instalação de fábricas, como o caso do Convento de S. Francisco, na margem poente. Embora o núcleo histórico da cidade se tenha mantido praticamente intacto, o crescimento circundante interrompeu esta relação direta entre Cidade e Rio, entre margem Este e Oeste.

Ambicionamos agora cumprir a tarefa árdua de “reconstrução de pontes”, de retomar os patamares nas duas colinas, reestabelecer o fluxo do Rio. Esta é uma proposta de leitura da cidade como uma sucessão de patamares agrupados em volta de uma continuidade estrutural. Um jogo de ligações entre as margens. Têm surgido obras que apontam neste sentido, como o Centro de Congressos, em construção na velha ruína de S. Francisco. Também o Parque Verde do Mondego, que tem importância replicada: ao intervir nas duas margens aproxima-as, ligando-as física e visualmente; estendido, reforça o movimento linear do Rio; define um nível – tal como o Parque Manuel Braga havia feito em tempos anteriores; e atua como um palco para novas intervenções artísticas, como o Pavilhão de Portugal, testemunho da produção arquitetónica mais qualificada.

Sobre a velha Praça da Portagem, junto à Ponte de Santa Clara, o Memorial a Miguel Torga faz a síntese entre a pintura, escultura e literatura. Lançando-se sobre o Rio, relaciona-se com a ideia de “ponte visual” que, fisicamente amarrada, se solta e parte. É o mesmo conceito que encontramos na exposição “Rio Voador”, que reúne a produção artística de vários autores, abraçando a ideia de um elemento natural ligado ao contexto, sendo ao mesmo tempo um ponto de partida para outras viagens.

Imaginários culturais e artísticos | Poesia e fado de Coimbra

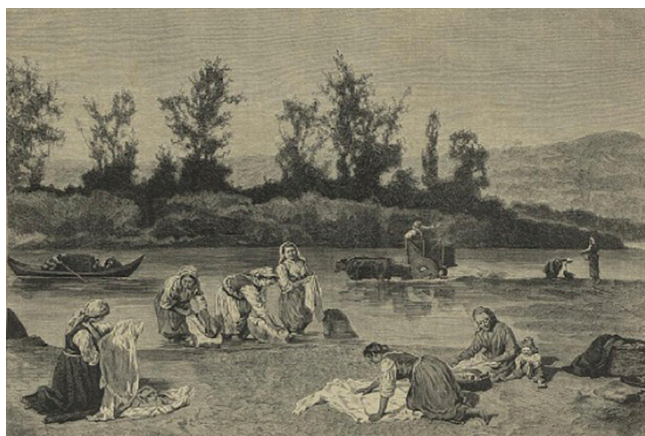
O Mondego não é apenas o maior rio português. Tem uma dimensão mítica que o faz correr os cinco continentes onde a língua portuguesa é falada.

Nessa sua dimensão mítica, que impregna a cultura lusitana, o Mondego decidiu ser português. Nasce no centro do país, no ponto mais alto de Portugal continental. Precipita-se a grande velocidade em direção a Espanha, para, súbita e repentinamente, inverter o rumo e seguir para



o Atlântico. Cruzando o país da fronteira ao mar, atravessa Coimbra, onde ganha uma alma que o torna muito maior que a sua dimensão física. Não sendo o maior dos rios que correm em Portugal, o Mondego é, de longe, o Rio mais cantado e romanceado por poetas, músicos e escritores portugueses. Isso deve-se ao facto de “a cidade do Mondego” ter sido, durante séculos, a única universidade de língua portuguesa, que formou elites que prestaram através de manifestações culturais diversas, em seu nome e dos espaços das suas margens, o tributo à cidade que as acolheu.

Na voz de Zeca Afonso, na guitarra de Carlos Paredes, nos versos de Camões, no olhar de Torga, o Mondego é a alma da língua portuguesa.



Doces águas e claras do Mondego,
doce repouso de minha lembrança,
onde a comprida e pérfida esperança
longo tempo após si me trouxe cego;

de vós me aparto; mas, porém, não nego
que inda a memória longa, que me alcança,
me não deixa de vós fazer mudança,
mas quanto mais me alongo, mais me achego.

Bem pudera Fortuna este instrumento
d'alma levar por terra nova e estranha,
oferecido ao mar remoto e vento;

mas alma, que de cá vos acompanha,
nas asas do ligeiro pensamento,
para vós, águas, voa, e em vós se banha.

Luís Vaz de Camões - Doces águas e claras do Mondego (1616)



Bibliografia

- ALARCÃO, JORGE DE (2012), *AS PONTES DE COIMBRA QUE SE AFOGARAM NO RIO*. COIMBRA: ORDEM DOS ENGENHEIROS.
- ALMEIDA, ELISA MANUELA DOMINGUES (2006), COIMBRA E O RIO MONDEGO, IN *EVOLUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DE COIMBRA* (CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO). COIMBRA: CMC.
- CABRAL, ESTEVÃO (1991), MEMÓRIA SOBRE OS DANOS DO MONDEGO NO CAMPO DE COIMBRA, E SEU REMÉDIO, IN *MEMÓRIAS ECONÓMICAS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (1791)*. LISBOA: BANCO DE PORTUGAL, TOMO III, P.141-165
- COELHO, MARIA HELENA DA CRUZ (1983), *O BAIXO MONDEGO NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA*. COIMBRA, FLUC, 2 VOLS.
- CORREIA, VERGÍLIO (1937), COIMBRA CIDADE DE ARTE E ARTISTAS. *HUMANIDADE*. COIMBRA.
- DAVID, CARLOS; RABADÃO, CÉLIA; PEREIRA, MARIA FILOMENA SANTOS; SIMÕES, REGINA (1986), *O PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ. ONTEM, HOJE, AMANHÃ*. FIGUEIRA DA FOZ: BIBLIOTECA MUNICIPAL.
- FORTES, MÁRIO (1929), *O APROVEITAMENTO GERAL DA BACIA DO RIO MONDÊGO, PELO SISTEMA CONFEDERATIVO SINDICAL HIDROGRÁFICO*. COIMBRA: PORTUGÁLIA.
- JORGE, FILIPE; BANDEIRINHA, JOSÉ ANTÓNIO (2003), *COIMBRA VISTA DO CÉU*. LISBOA, ARGUMENTUM.
- LENCASTRE, ARMANDO (2004), *HIDRÁULICA FLUVIAL E AGRÍCOLA – MEMÓRIAS TÉCNICAS*. LISBOA: LNEC, VOL.III.
- LOUREIRO, ADOLFO (1874), MEMORIA SOBRE O MONDEGO E BARRA DA FIGUEIRA. *REVISTA DE OBRAS PÚBLICAS E MINAS*, ANO V, TOMO V.
- LOUREIRO, ADOLFO (1905), *PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ*. LISBOA: IMPRENSA NACIONAL.
- MARTINS, AFONSO NUNO (2011), *PROJETO TERRITORIAL DO PARQUE PATRIMONIAL DO MONDEGO – REVISITAÇÕES DA PAISAGEM RIBEIRINHA*. LISBOA: FAUTL (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO).
- MARTINS, ALFREDO FERNANDES (1940), *O ESFORÇO DO HOMEM NA BACIA DO MONDEGO*. COIMBRA: FLUC (TESE DE LICENCIATURA).
- NUNES, MÁRIO (1990), *COIMBRA, IMAGENS DO PASSADO 1940-1969*. COIMBRA: MINERVA.
- QUINTELA, ANTÓNIO DE CARVALHO (1986), O MONDEGO NA HIDRÁULICA FLUVIAL PORTUGUESA ATÉ AO SÉCULO XX, IN *HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL*. LISBOA: ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, II VOL., P.1025-1040.
- QUINTELA, ANTÓNIO DE CARVALHO (2006), *A UTILIZAÇÃO E O DOMÍNIO DA ÁGUA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO MONDEGO: PROBLEMAS E SOLUÇÕES AO LONGO DO TEMPO*. LISBOA: CEHIDRO / INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO.
- SANCHEZ, RUI (1996), *O PROBLEMA SECULAR DO MONDEGO E A SUA RESOLUÇÃO*. LISBOA: LNEC.
- VANDELLI, DOMINGOS (1991), MEMÓRIA SOBRE O ENCANAMENTO DO RIO MONDEGO, IN *MEMÓRIAS ECONÓMICAS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (1791)*. LISBOA: BANCO DE PORTUGAL, TOMO III, P.13-19.
- VELOSO, A. SANTOS (1989), A GÉNESE DO PIDR DO BAIXO MONDEGO. *SOCIEDADE E TERRITÓRIO – REVISTA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS*, Nº9, PORTO, P.74-82.